



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 6044/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/3234/2015
PROTOCOLO	: 1569203
ÓRGÃO	: FUNDO ESPECIAL P/ INSTALAÇÃO, DESENV. E APERFEIÇOAMENTO DOS JUIZADOS ESP. CÍVEIS E CRIMINAIS
ORDEN. DE DESPESAS	: PASCHOAL CARMELLO LEANDRO
CARGO DO ORDENADOR	: DESEMBARGADOR PRESIDENTE À ÉPOCA
ASSUNTO DO PROCESSO	: NOTA DE EMPENHO N.º 1379/2014
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO
CONTRATADA	: SILVEIRA & MRACK LTDA
PROCED. LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N.º 103/2014
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: AQUISIÇÃO DE SOFTWARE
VALOR DA CONTRATAÇÃO	: R\$ 118.940,00

**CONTRATAÇÃO PÚBLICA. AQUISIÇÃO DE SOFTWARE.
EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.**

Versam os presentes autos sobre a Nota de Empenho n.º 1379/2014, celebrado pelo **Fundo Especial p/ Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Silveira & MRack LTDA**, tendo como objeto a aquisição de software de base: Plugin Jira Agile para 50 usuários, software Atlassi Na Crowd 500 usuários e outros, com valor contratual no montante de R\$ 118.940,00 (cento e dezoito mil novecentos e quarenta reais).

Destaca-se que o procedimento licitatório, Pregão Presencial n.º 103/2014 e a formalização da Nota de Empenho n.º 1379/2014, foram julgados legais e regulares através do **Acórdão AC02 – 414/2016** (pp. 159/162).

Nesta fase processual objetiva-se analisar a regularidade da execução financeira da reportada contratação pública (3ª fase).

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da 6ª Inspeção, por meio da sua Análise ANA – 6ICE – 19989/2017 (pp. 165/168), e o ilustre representante Ministerial, em seu Parecer PAR – 1ª PRC – 11206/2018, às pp. 169/170, se manifestaram opinando pela **regularidade** e **legalidade** da execução da Nota de Empenho (3ª fase).

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É O RELATÓRIO.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

Extraí-se do feito que a Equipe Técnica da 6ª Inspeção e o Ministério Público de Contas foram unânimes em se manifestar pela regularidade da execução financeira da nota de empenho (3ª fase).

De fato, a liquidação da despesa, cujo resumo segue abaixo, exibe com clareza a similitude do total de notas de empenho válidas e total de pagamentos, demonstrando, assim, sua regularidade:

VALOR DA NOTA DE EMPENHO	R\$ 118.940,00
TOTAL DE NOTAS DE EMPENHO EMITIDAS	R\$ 118.940,00
TOTAL DE COMPROVANTES DESPESAS EMITIDOS	R\$ 118.940,00
TOTAL DE ORDENS BANCÁRIAS EMITIDAS	R\$ 118.940,00

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspeção e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de:

- 1) Declarar a **regularidade** da execução financeira da Nota de Empenho n.º 1379/2014 (**3ª fase**), nos termos do art. 120, inciso III, Regimento Interno do TC/MS c/c artigo 59, I, da Lei Complementar n.º 160/12;
- 2) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 03 de julho de 2018.

MARCIO MONTEIRO
RELATOR

JPF